



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO E HUMANIDADES**

**AMINATA CAMARÁ**

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA GUINÉ-BISSAU:  
DEPENDÊNCIA DA IMPORTAÇÃO DE ARROZ E OS DESAFIOS NA  
AUTONOMIA ALIMENTAR**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**AMINATA CAMARÁ**

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA GUINÉ-BISSAU:  
DEPENDÊNCIA DA IMPORTAÇÃO DE ARROZ E OS DESAFIOS NA  
AUTONOMIA ALIMENTAR**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades no curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês - BA.

Orientador: Prof. Dr. Basílele Malomalo.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**AMINATA CAMARÁ**

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA GUINÉ-BISSAU:  
DEPENDÊNCIA DA IMPORTAÇÃO DE ARROZ E OS DESAFIOS NA  
AUTONOMIA ALIMENTAR**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades no curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês - BA.

Data de aprovação: 06/07/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Bas Ílele Malomalo (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Peti Mama Gomes**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	5
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	8
<b>3</b>	<b>DESCRIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E HIPÓTESE</b>	11
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS</b>	12
4.1	GERAL	12
4.2	ESPECÍFICOS	12
<b>5</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	12
5.1	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL UM CONCEITO EM MOVIMENTO	13
5.2	IMPORTAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO LOCAL UM DILEMA PARA SEGURANÇA ALIMENTAR EM GUINÉ-BISSAU	16
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	21
<b>7</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	24
	<b>REFERÊNCIAS</b>	25

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau e a dependência da importação de arroz e os desafios na autonomia alimentar. A Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África, com a superfície total de 36.125 km<sup>2</sup>, faz fronteira Norte com a república do Senegal, Sul e Leste com a república de Guiné Conacri, tem um pouco mais de dois milhões de habitantes (ONU; Country Meters, 2023). O país passou pela dominação colonial durante cinco séculos que culminou com tomada da independência, que se concretizou por meio de uma luta armada que durou 11 anos conduzida pelo Partido africano para Independência da Guiné e Cabo verde PAIGC fundado pelo Amílcar Lopes Cabral e seus Camaradas.

**Figura 1** - Mapa oficial da Guiné-Bissau atual



Fonte: UNIOGBIS (2012).

O país dispõe de grande potencialidade agrícola devido a sua localização na zona costeira, também por ser um país de clima tropical onde a maior parte do território é arável. Dessa forma, conta com a abundância da chuva, sobretudo no mês de agosto, principalmente na zona Sul do país. Portanto, a pluviosidade e fertilidade do solo garante um ambiente propício

para a produção de arroz, o principal produto para subsistência do povo guineense, segundo a Organização das Nações (ONU, 2016).

**Figura 2** - Produção de arroz na Guiné-Bissau



Fonte: Forbes África Lusófona

Segundo a mesma organização (ONU, 2016), o país está entre os que mais consomem arroz na África ocidental, com a estimativa de 130 kg anual por pessoa. No entanto, o que o país produz não cobre a necessidade do consumo nacional, fato que cria a dependência externa. Nisto, o governo guineense tem aumentado a importação deste importantíssimo cereal para alimentação do seu povo. Diante disso, acredita-se que a Guiné-Bissau deve empenhar-se mais na produção local, a fim de reduzir a importação de arroz.

Com efeito, conforme acima mencionado, o país dispõe de alta potencialidade agrícola capaz de cobrir a autossustentabilidade de todo território nacional, e assegurar uma segurança alimentar e nutricional ao mesmo tempo, também pode proporcionar uma autonomia alimentar que amenizaria a dependência externa e a redução significativa de importação dos produtos. Nessa concepção, a importação é um processo comercial, consiste na entrada dos produtos provenientes dos outros países para finalidade comercial (UNESP, 2003).

Geralmente, este fenômeno é frequente nos países com menor potencialidade de se auto abastecer e autossustentar seu mercado interno. Muitas vezes, essa ocorrência leva uma concorrência ao exterior na busca das mercadorias, pois a importação não só incentiva a dependência, mas também não estimula a criação de empregos.

Como podemos notar, muitos países, como a Guiné-Bissau, dependem da importação dos produtos para o abastecimento do seu mercado. Também são os maiores fornecedores das matérias-primas para os países industrializados, a China, por exemplo. Ou seja, a Guiné-Bissau é um dos países que apostam nas exportações dos produtos brutos devido à falta de transformação dos produtos localmente. Isto ocasiona grande prejuízo ao país, pois a exportação bruta dos produtos, além da perda de valor, contribui no aumento do desemprego. Efetivamente, a transformação local dos produtos gera postos de trabalho para a juventude. Ressalta-se que o modo de produção agrícola familiar difere do capitalista, a exemplo.

Os agricultores familiares guineenses não precisam do uso de fertilizantes nem produtos agrotóxicos nas suas plantações. Conforme Djaló (2013, p. 62), “os dados mostram bem claramente que desde antiguidade e até os dias atuais, não foram utilizados ainda os agrotóxicos, no melhoramento genético do material de plantação[...]”. Isso demonstra uma grande qualidade dos produtos locais, além de serem bons para a saúde da população, também estimula o crescimento da economia do país. Nessa lógica, devido à falta de políticas públicas e de incentivo aos agricultores locais, essa produção não consegue sustentar a população por muito tempo. Em face do exposto, vê-se que isso leva muitos consumidores a apostarem nos produtos que vem de fora, principalmente o arroz, que é a base alimentar dos guineenses.

Os produtos que vem de fora dispõem de pouca qualidade em comparação com os produtos locais. Por serem produtos provenientes da produção capitalista, geralmente, procura maximizar os lucros e não importa a qualidade nem a saúde da população. Assim, muitos produtos alimentícios, principalmente arroz, são produzidos sob a utilização de fertilizantes e produtos agrotóxicos, que são muito prejudiciais à saúde da população, bem como do solo.

De fato, a importação das mercadorias, especialmente as alimentícias, traz sérias consequências à saúde da população devido vários fatores, por exemplo, a concentração de elementos químicos nesses bens de consumo. Ilustra-se algumas questões recorrentes na Guiné-Bissau, que são trocas de embalagens dos bens de consumo, feita por comerciantes, quando esses estão com o prazo de validade expirado. O arroz não está fora desse quadro de substituição de embalagens. (CORREIA, 2021).

Com a frequente importação dos produtos, o povo passa a dar mais importância aos produtos trazidos de fora (PINTO, 2009). Isso se deve à falta de conhecimento da importância dos produtos produzidos localmente, mas também, à falta de sensibilização a respeito dos valores de produtos locais que além disso, pode ser conectado com colonialidade no processo de consumo e na importação dos produtos. É notório que os perigos atrelados ao consumo de

produtos ultraprocessados vindos de fora acarretam sérios problemas de insegurança alimentar e nutricional no país, Malta, D. C. et al (2023).

Portanto, parece-nos que, a população dá mais importância aos produtos importados e, não só. Acredita-se que uma boa parte dos agricultores familiares fazem troca dos produtos locais com os produtos importados até o ponto de vender os produtos locais a um preço muito inferior para poder comprar o mesmo produto com um valor mais elevado. Assim, vendem-se arroz produzidos por eles a menor preço a fim de comprar o importado a alto preço, por exemplo, nhelem perfumadu (arroz perfumado) ou seja, este produto mesmo com a qualidade duvidosa figura entre os produtos mais valorizados, conforme Pinto (2009, p.49) [...] a “população tem preferência pelo ‘arroz perfumado’, importado da Tailândia, do Paquistão, da China”.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A escolha deste tema deve-se à minha experiência como guineense e conhecedora da realidade socioeconômica e à produção agrícola, por ter nascido e vivido no campo durante muito tempo na zona Sul da Guiné-Bissau, concretamente na região Tombali. Mesmo tendo conhecimento da realidade socioeconômica do país em geral, em especial da região onde nasci, é necessário aprofundar mais sobre essa temática por meio de uma pesquisa científica para compreender a dinâmica da produção local e seu papel no desenvolvimento econômico e social da geografia guineense. Assim, compreender a potencialidade agrícola do país em especial região Sul como a província que abastece maior parte do mercado guineense em termos de alimentos produzidos localmente, sem uso de fertilizantes nem agrotóxicos no processo de produção (agricultura familiar) (Djaló 2013) Fato que torna essa atividade mais sustentável. Assim, compreender essa problemática ajudará o país na elaboração das políticas públicas que sustentam o desenvolvimento rural e a valorização de agricultura familiar.

Diferentemente dos produtos importados, que geralmente contêm elementos químicos ou muitos se encontram fora de prazos ao chegarem no país ou no estoque durante processo de armazenamento (CORREIA, 2021), que são introduzidos no mercado para consumo, uma ação prejudicial à saúde da população e que pode constituir como crime de atentado à saúde da população. Este fato foi confirmado pelo diretor geral da polícia judiciária da Guiné-Bissau, Domingos Monteiro Correia (2021), numa entrevista concedida à Televisão da Guiné-Bissau (TGB) no dia 20 de abril de 2021 onde confirmou apreensão de grande quantidade de arroz fora



de prazo sendo vendidos no mercado. Portanto, Diante de todos estes problemas ligados aos produtos importados, continuam sendo prioridades do consumo nacional por motivos de carência dos produtos nacionais ou pela preferência da própria população (PINTO, 2009). Perante essa situação este trabalho será um material importante na compreensão do desestímulo da produção local e os efeitos de produtos importados para a saúde da população.

Em outra perspectiva, esta pesquisa propõe compreender o processo de importação e a sua relação com a insegurança alimentar, por motivos de saúde pública e econômica. Pois além de fora de prazo, muitas das vezes, mercadorias importadas encontram-se em péssima qualidade, assim são introduzidos no mercado para consumo. No entanto, os produtos locais mesmo tendo excelentes qualidades, sem agrotóxicos se encontram num estado de grande desvalorização em detrimento dos bens importados, ou seja, o consumo de produtos locais é marginalizado, uma prática que poderia estar ligado com a “colonialidade” e “eurocentrismos”, uma vez que para maior parte de população considera tudo que veio de fora principalmente para Europa é inquestionável quanto a qualidade. Dessa forma, este trabalho contribuirá para conscientização a respeito da importância dos produtos locais tanto para economia assim como para saúde pública.

Nessa visão, outro fator que incentiva a desvalorização dos produtos locais a favor dos produtos importados, está ligado ao acesso e escoamento dos produtos locais, o que se verifica no país é a pouca circulação dos produtos locais devido às questões de transporte, que afeta logísticas e a conservação. Neste sentido, os produtos importados circulam com maior facilidade, razão pela qual é mais fácil encontrar estes produtos do que os produzidos localmente por motivos acima mencionados. A má qualidade do sistema rodoviário, principalmente as vias que ligam a capital e as regiões, neste contexto, a maior dificuldade se verifica na zona Sul, na época chuvosa, que dificultam os agricultores de escoar seus produtos para venda. O que revela, obviamente, a falta de políticas públicas para valorização dos produtos locais e comprometimento do governo com a saúde pública.

A dependência do país aos produtos importados afeta a economia nacional, pois não incentiva os governos a criar mecanismos para investir na produção local, escoamento e conservação da produção nacional. Com isso, o país perde grande quantidade dos produtos produzidos localmente, principalmente as mangas, cajus e outros produtos que sem escoamento e conservação, acabam sendo descartados em grandes quantidades. Além disso, a dependência externa pode contribuir no aumento de desemprego no país, que contribui bastante na queda da economia e afeta principalmente a camada juvenil. Pois, este fenômeno incentiva mais a exportação dos produtos brutos o que não ajuda na geração de emprego. Consequentemente,

aumenta a fome para a população, porque não é suficiente ter uma grande quantidade de produtos de grande qualidade num curto espaço de tempo, sem a possibilidade de segurar os consumidores por muito tempo devido à ausência de mecanismos de escoamento e conservação. Ou seja, ter produtos locais durante três ou quatro meses do ano e os restantes seja dedicado ao consumo dos produtos importados, que não contribui no progresso econômico local. Acredita-se que tudo isso pode ter sido originado pela ausência parcial de tecnologias que a Guiné-Bissau dispõe no âmbito de transformação e conservação, sobretudo dos bens de consumo.

Essa desvalorização dos produtos enfraqueceu/enfraquece o rendimento do país, assim, de acordo com Abdulai Sombille Djaló (2013, p.49), “o crescimento económico é um fator importante no processo de desenvolvimento socioeconómico de um país,” principalmente no que tange à castanha de caju. Djaló (2013, p.57), continua, o “caju, apesar de ser considerado o ouro, diamante, prata e cobre da Guiné-Bissau, nunca lhe foi dado o valor merecido pelo estado guineense; sendo, os produtores desvalorizados e considerados incapazes para o crescimento e desenvolvimento socioeconómico do país”.

Mesmo assim, é um dos produtos que mais cresce o PIB do país. A Guiné-Bissau depende bastante da sua comercialização, pois o caju é o bem mais produzido no país, mas não está sendo valorizado, não só pela sua exportação bruta, mas pela grande dependência externa para o processo da sua comercialização. Portanto, há falta de investimentos, aliados à agricultura e a falta dos materiais, isto é, é preciso criar as indústrias, máquinas transformadoras e conservadoras que possam preservar os produtos mais tempo e servir a população por um longo período. Diante disso, há diferença entre bens importados e os orgânicos. Assim, uma investigação profunda a respeito ajudará o país a repensar as políticas públicas para produção local, assim como para saúde pública.

Estamos num mundo em que quase tudo está em crise. A segurança Alimentar e Nutricional não está fora deste quadro. O índice de fome no mundo vem aumentando sem precedentes. Em razão disso, temos um número significativo de pessoas a viver com fome, outras, com alimentos pobres em termos nutricionais. Portanto, investigar sobre o que está na origem de escassez, especialmente da alimentação de boa qualidade e quantidade suficiente, é fundamental. Nisso, o presente trabalho trará grandes contribuições no espaço acadêmico, visto que, é um campo ainda pouco pesquisado e explorado pelos pesquisadores, isso pode ajudar os futuros pesquisadores que irão para a mesma área de estudo.

Do mesmo modo, esta pesquisa vai ajudar-me a ampliar os meus horizontes em termos da segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau, pois, com ela, estarei mais apta a realizar investigações científicas. Adicionalmente, percebo que a manutenção da vida saudável na terra

depende necessariamente de alimentação segura e suficiente. Portanto, com este estudo em construção, espero, ao final dela, sair com muita bagagem rumo ao enfrentamento de insegurança alimentar e nutricional.

### **3 DESCRIÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E HIPÓTESE**

Conforme está explicado na temática de pesquisa, a força da importação do arroz para a Guiné- Bissau é causada pela falta das políticas públicas relacionadas à produção local. Em razão disso, houve e ainda há problemas econômicos por falta de transformação dos produtos locais. Por consequência, temos, de um lado, a ausência dos meios para conservar os bens, especialmente o arroz, por longo período.

Nessa Visão, considera-se autonomia alimentar e nutricional quando o povo não só tem o que comer, mas quando tem a opção de escolher o que comer, o melhor para sua saúde e o mais importante que é possuir as condições básicas que possibilitam essa escolha, sem tais qualidades, mesmo tendo a consciência do que comer e o melhor para saúde, é impossível de colocá-lo em prática. Seguindo nisso, percebe-se que, na Guiné-Bissau está tendo sua autonomia alimentar e nutricional enfraquecida cada vez mais, por causa da dependência externa. Isto cria uma amarração externa e consequente incapacidade de escolha e análise da qualidade dos produtos uma vez que não há alternativas para tal.

Diferentemente dos produtos locais, onde os agricultores familiares não usam agrotóxicos na produção de arroz, mas mesmo com isso, a população tende considerar o arroz importado como sendo prioridade na compra e consumo. Assim, destaca-se, alguns fatores que impulsionam esse fenômeno, entre os quais podemos apontar a mudança nas estratégias da produção, onde o arroz deixou de ser o principal produto produzido no país mesmo sendo o cereal mais consumido em detrimento de castanha de caju.

Perante essa situação, a intensificação da importação do arroz para na Guiné-Bissau, os agricultores mudaram a forma de produção em vez de produzir o arroz em grande quantidade como sendo base alimentar, passou a depender do arroz importado. Assim sendo, a falta de escolha complicou-se ainda mais, sendo que o abastecimento do mercado depende do exterior. Além disso, existem poucos mecanismos de controle de qualidade quanto aos produtos importados. Perante essa situação, a pergunta de partida dessa investigação formula-se da seguinte forma: De que maneira a Guiné-Bissau pode construir os caminhos para a sua soberania alimentar e nutricional com a produção de arroz?

A hipótese desse trabalho é essa: levando em consideração as informações obtidas que apontam grande potencialidade da Guiné-Bissau na produção agrícola dada a fertilidade do solo e o clima propício para produção de grande quantidade e qualidade de arroz. No entanto, mesmo com grande abundância de terreno arável, o país continua a ter dificuldade de se autossustentar, o que o torna cada vez mais dependente do exterior. A partir dessa perspectiva, partimos do pressuposto de que a importação do arroz é um obstáculo para valorização da produção de arroz local e constitui como principal causa da insegurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 GERAL**

Analisar a problemática da Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau e a dependência da importação de arroz e os desafios para a autonomia alimentar.

### **4.2 ESPECÍFICOS**

- 1) compreender os impactos da importação do arroz na autonomia, segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau;
- 2) entender as razões que levam a população guineense a priorizar produtos produzidos fora em detrimento dos produzidos dentro da Guiné-Bissau.
- 3) identificar de que maneira a importação do arroz influencia negativamente a produção local, principalmente zona rural;
- 4) mapear as políticas adotadas pelo Estado Guineense sobre a produção local com vista à autonomia, segurança alimentar e nutricional na produção e comercialização dos produtos.

## **5 REFERENCIAL TEÓRICO**

Como se constata a abordagem feita até aqui, entende-se que é de grande importância compreender a relação entre a importação dos produtos para Guiné-Bissau e a dependência exterior na subsistência nacional, que por sua vez influencia significativamente na produção

local e a segurança alimentar e nutricional no país. Uma dependência que não está fora do quadro/ relação entre a manutenção de colonialidade de poder de Norte Global sob o Sul Global. Assim, está evidente que a maioria dos países dependentes na importação dos produtos de primeira necessidade e os que exportam os produtos de forma brutal geralmente são os que estão em vias de desenvolvimento como são, convencionalmente, chamados principalmente alguns países africanos, grupo em que a Guiné-Bissau está inserida. Portanto, nessa seção iremos dialogar com alguns autores para compreender alguns conceitos e debates que serão desenvolvidos futuramente.

### 5.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL UM CONCEITO EM MOVIMENTO

A segurança alimentar é vista como um conjunto de medidas que visam dar condições para que as pessoas tenham acesso à alimentação segura, nutritiva, de qualidade e quantidade suficiente para atender às suas necessidades. Segundo CONSEA (2012, p4),

segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Dessa forma, a noção da segurança alimentar e nutricional transcende só a dimensão de suficiência do alimento, para que haja uma alimentação saudável e segura, é preciso levar em consideração outros elementos, entres os quais destacamos a qualidade de alimentos, pois por mais que tenha grande quantidade de produtos se a qualidade é baixa pode acarretar sérios problemas de saúde. Razão pela qual ao falar da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é indissociável a quantidade e qualidade. Além disso, há outras dimensões da SAN que também são de extrema importância para sua efetivação como o caso da questão cultural, a sustentabilidade e o consumo devem obedecer às questões culturais e o nosso processo de alimentação deve levar em consideração ou seja deve haver a condição e autonomia para qualquer povo consumir de acordo com a sua realidade. Por fim, destacamos os últimos fatores que são a sustentabilidade na produção dos alimentos, um elemento muito importante para garantir bem-estar à humanidade.

Para pensar em segurança alimentar faz sentido completar ou mencionar aspecto nutricional, pois há uma complementaridade entre elas. Como foi destacado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação FAO (2009) apud Alabrese (2019) que a

dimensão nutricional é parte integrante do conceito de segurança alimentar, pois com a utilização orgânica dos alimentos seguros e nutritivos estaremos longe das doenças causadas por má alimentação como gastrite, diabetes etc. Nesse sentido, percebe-se que são elementos fundamentais no campo da segurança alimentar.

A mesma organização destaca quatro pilares da segurança alimentar FAO (2019), apud Alabrese (2019, p. 2), que são: “disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade”. A disponibilidade “configura no acúmulo de alimentos à disposição em todo território com a produção em todas as maneiras doméstica, importações, estoques de alimentos e ajuda alimentar.”

O acesso refere-se à forma pela qual se pode alcançar uma mercadoria. Também conta com a distribuição e disponibilidade, principalmente nas zonas de difícil acesso. A utilização trata-se de modo como nós usamos os produtos para o nosso bem-estar. Por último, a estabilidade significa quando há equilíbrio entre a carência e abundância, neste caso, de artigos alimentícios, por exemplo arroz. Essas instabilidades que muitas vezes não acontecem na Guiné-Bissau, principalmente na zona rural.

Desse modo, tudo indica que esses são elementos que devem se movimentar em mãos dadas, pois a falta de um pode prejudicar ou causar problema dentro do que consideramos segurança alimentar e nutricional. De modo que cada um tem seu papel central que desempenha no que toca com a SAN. Por isso, ao pensar na segurança alimentar e nutricional, primeiro, tem que pensar nesses pilares que o constituem.

Efetivamente, é após a garantia de todas essas situações acima mencionadas, que podemos falar da saúde, da alimentação, da nutrição e da própria segurança alimentar, porquanto, podemos ver que todos esses interesses estão vinculados SAN em diferentes campos. Isso requer cultivar produtos agrícolas saudáveis, em condições de não causar problemas, como doenças relativas ao uso de agrotóxicos e ao uso dos defensivos químicos. Maluf e Menezes (2000. p.3) salientam: “a segurança alimentar depende não apenas da existência de um sistema que garanta presentemente a produção, distribuição e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, mas, que também não venha a comprometer a mesma capacidade futura de produção, distribuição e consumo.” Ou seja, produzir de uma forma sustentável. Portanto, a ausência de um desses elementos supramencionados pode criar crise e colocar em risco a segurança alimentar futuramente.

E não só, pela sua garantia firme, forte e permanente também depende muito dos três princípios mencionados por alguns pensadores, conforme Maluf e Menezes (2000, p.2):

O primeiro deles é que a segurança alimentar e a segurança nutricional são como duas faces da mesma moeda”, não podendo se garantir uma delas sem que a outra também esteja garantida. O segundo princípio está no fato de que somente será assegurada a segurança alimentar e nutricional através de uma participação conjunta de governo e sociedade, sem que com isto se diluam os papéis específicos que cabe a cada parte. Por fim, é preciso que se considere o direito humano à alimentação como primordial, que antecede a qualquer outra situação, de natureza política ou econômica, pois é parte componente do direito à própria vida.

Nesse sentido, os mesmos autores afirmam que a questão alimentar mexe com interesses diversos e até contrários, o que faz com que a definição do significado da segurança alimentar se transforme em um espaço de disputa. Além do mais, não é um conceito já estabelecido, mas em construção. Fica notório que a segurança alimentar e nutricional abarca diferentes tipos de fatores, pelo fato de não ter conceito estabilizado. Como afirmam:

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito em permanente construção. A questão alimentar e nutricional está relacionada com diferentes interesses e diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, razão pela qual sua concepção ainda é assunto debatido por variados segmentos da sociedade, no Brasil e no mundo. Além disso, o conceito evolui à medida que avança a história e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade. (MENEZES, MALUF 2000, p. 3).

Assim, com base nos autores, tudo mostra que, o seu conceito não tem um único entendimento ou não se limita somente à garantia de todas as condições necessárias para que haja alimentos básicos, de acesso físico e econômico para todas as pessoas e a quantidade suficiente de alimentos de forma permanente. Porém, é necessário levar em consideração tipos de alimentos, formas de acesso, de onde e como foram produzidos e os seus efeitos à saúde.

Conforme foi frisado anteriormente, o processo da alimentação envolve as questões culturais, onde cada cultura tem as suas preferências alimentares e gastronômicas ou melhor padrões alimentares que se considera saudável e de qualidade. Assim, qualquer tentativa de desrespeitar esse fenômeno, estaria violando a autonomia deste povo. Podemos ver isso em alguns países devido a colonialidade e capitalização, fatores que colocam em risco os valores endógenos como a Guiné-Bissau onde devido a dependência externa para subsistência alimentar, obstaculiza a gastronomia nacional.

A segurança alimentar e nutricional sendo atual ao mesmo tempo o seu conceito é dinâmico porque está em “permanente construção” pois sua concepção ainda é assunto sendo debatido por variados segmentos da sociedade, no Brasil e no mundo. Segundo Marília Leão (2011, p.13), “no Brasil, o conceito de SAN vem sendo debatido há pelo menos 20 anos.” Diferentemente da Guiné-Bissau onde pouco se discute e sensibiliza a população

sobre o que seria a segurança alimentar e nutricional. Fazer entender que o direito à alimentação de qualidade está consagrado na declaração dos direitos humanos, no seu “Artigo 25 ou seja é direito de ter uma alimentação saudável, de quantidade, de qualidade e de uma forma sustentável com base nos valores culturais.

Portanto, percebe-se que ainda pouco se fala sobre essa temática, razão que pode estar ligada à ausência das organizações e das ações ligadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), especialmente nas universidades guineenses. Através dos quais, pode-se desenvolver estudos e pesquisas sobre essa temática e, conseqüentemente, levar esse debate junto à comunidade enfatizar, conceitualizar e conscientizar o direito humano à alimentação de qualidade, como também a valorização dos produtos locais. Como sendo ações que terão grande impacto para população guineense na medida que possibilitará os guineenses a terem mais conhecimento sobre os produtos alimentícios e nutritivos.

## 5.2 IMPORTAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO LOCAL UM DILEMA PARA SEGURANÇA ALIMENTAR EM GUINÉ-BISSAU

Desde tempos remotos a humanidade conheceu diversas formas de troca de produtos. Nessa visão, em conformidade com Santos e Pereira (2019, p. 188) “A necessidade de estabelecer trocas de mercadorias entre os diversos povos vem desde as primeiras formas de agrupamento humano em diferentes contextos geográficos e graus de complexidade da organização territorial e cultura”. Ainda os mesmos autores completam que “Na economia dita primitiva, as relações econômico-culturais ocorriam a partir de trocas diretas (escambo) entre produtos que as pessoas tinham em excesso” (SANTOS; PEREIRA, 2019 p.188).

A partir do que foi apresentado pelos autores, fica claro que a forma de comércio que temos hoje teve a sua origem de um sistema de troca que não envolve as questões monetárias, porém de um produto para outro de acordo com a necessidade das suas partes envolvidas neste processo. Posteriormente, com intuito de expandir o alcance do processo de troca, que anteriormente tinha dimensões limitadas tanto na troca assim como na dimensão territorial. Assim, as primeiras formas de comércio com as moedas cunhadas começaram a surgir nas relações comerciais. Dessa forma, as trocas começaram a envolver questões minoritárias. O fato que incentiva a circulação de bens e produtos tanto nos mesmos territórios quanto fora deles, o que conhecemos hoje, como o processo de importação e a exportação.

De acordo com o manual de importação da (UNESP, 2003). A importação é um processo de entrada do produto externo no mercado interno, por outras palavras, entendida como a



veiculação de produtos do mercado externo para o mercado interno. A África ocidental, sobretudo Guiné-Bissau, ainda depende do mercado internacional para abastecer o seu. Para Campos et.al (2020, p.7) “o parceiro comercial tradicional da Guiné-Bissau era Portugal e este apresentava maior porcentagem sobre os números da soma total das importações e exportações guineense, mesmo na primeira década da independência.”

Antes de analisar os principais parceiros da Guiné-Bissau pós independência, é necessário enfatizar que o país tinha/tem acordos de cooperação com vários países, em especial com os considerados socialistas, em destaque antiga União Soviética (URSS) e Cuba, que o apoiaram na luta da libertação nacional. Destarte, este apoio não estava direcionado exclusivamente pela comercialização dos produtos ou importação e exportação. No entanto, voltou apoiar durante a luta armada. Com a emancipação do país em 1973, a sua relação comercial inicialmente estava virada para Portugal.

Sendo antigo colonizador, o Portugal mesmo tendo praticado atrocidades através do sistema colonial durante o processo de invasão na Guiné-Bissau que se refletia em múltiplos setor desde a educação, a economia, política entre outros. Depois da independência continua a ser maior parceiro comercial do país e figura como “padrinho” no cenário internacional, fato que pode estar ligado com o laço histórico também fator linguístico que lhe aproxima mais com a sua ex-colônia. Mas há um fator que sempre controla as relações comerciais e parcerias no mundo de capitalismo, que é o interesse e o rendimento. Nessa perspectiva a “[...] Guiné-Bissau especificamente, a partir do início dos anos 1990, houve uma mudança no seu quadro dos parceiros comerciais, concernente a sua importação e exportação.” (CAMPOS; et. al. 2020, p.7). Entretanto, o século XX marcou a virada no que diz respeito ao comércio entre a Guiné-Bissau e os parceiros.

Ao final dos anos 1980, a Índia passou a configurar no principal destino das exportações guineense e Senegal passou a ter um lugar destacado nas importações guineense, seguindo assim Portugal na lista dos principais parceiros (CAMPOS; et. al. 2020, p.160). Adicionalmente, os mesmos autores exemplificam outro aliado comercial da Guiné-Bissau, neste caso, a Índia, que “[...] se apresenta como parceiro permanente em virtude da sua inserção no comércio da castanha.” (CAMPOS; et. al. 2020, p.160). A referida castanha é exportada, sem nenhum tipo de transformação, quer dizer, é exportada de forma bruto, como afirma o relatório do Fundo Monetário Internacional FMI (2017) citado por Campos; et. al. (2020, p.163), “mostra que essa tendência se manteve. O país continua exportando cerca de 98% da sua castanha de caju bruta para Índia.”

Na medida que a exportação de forma bruta dos produtos aumenta, assim cresce também a necessidade de país importar os produtos da primeira necessidade em especial arroz, com isso gera grande preocupação com a segurança alimentar e nutricional. perante essa situação, recorro a conselho importante inesquecível da minha mãe que dizia: “é melhor cuidar da sua saúde antes de cuidar da sua doença”. Uma chamada de atenção que nos leva a refletir em todas as nossas ações, enquanto seres humanos. A preocupação com a saúde deve figurar em primeiro lugar. Grosso modo, muito do que fazemos para a nossa sobrevivência, ao nosso prazer, a nossa existência como ser dinâmico, depende das nossas condições de saúde.

Dessa forma, a sua proteção ou cuidado passa essencialmente pelo filtro de tudo que consumimos, principalmente nesta era do capitalismo, onde denominador comum é querer mais. Disto, conclui-se que, de certa forma, o sistema capitalista contribui para aparecimento de certas doenças (MALTA, D. C. et al. 2023). Nessa visão, cuidado de saúde numa perspectiva alimentar e nutricional, sendo fatores que derivam de muitos problemas de saúde, requer as seguintes perguntas: o que comer? Como este produto foi produzido? Em que estado está? Por que devo comer isso e não outro? Será que tenho a opção de escolher o que comer? Quais são os efeitos negativos do que estamos a consumir?

Ademais, é necessário refletir profundamente nessas questões antes de comer, qualquer coisa, pois comer, não é só para matar a fome como acontece em muitos contextos. Mas, é necessário ter cuidado com os produtos que consumimos. O país em estudo apresenta deficiência alimentar, tendo um número considerável da sua população com carência alimentar. Nisto, analisamos a declaração da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO 2023 s/p) que definiu como um dos seus objetivos “alcançar a segurança alimentar para todos e garantir que as pessoas tenham acesso regular a alimentos de boa qualidade suficientes para terem uma vida ativa e saudável.” Além disso, ela também conta com três propósitos principais como: “erradicar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição; erradicar a pobreza e fomentar o progresso económico e social para todos”. Diante do exposto, questionamos: será que estes objetivos de FAO são pensados de uma forma global? ou apenas para um determinado segmento social? Acredite-se que se for pensado para 130 estados membros que compõem essa organização, o mundo terá a autonomia alimentar, ou a soberania alimentar que diz respeita o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias de produção distribuição e consumo de alimentos que garanta um alimento saudável acessível e em quantidade adequada respeitando as suas próprias culturas e a diversidade do modo de produção de comercialização e de gestão. (MARÍLIA LEÃO. 2013)

Contrariamente dos objetivos traçados pela FAO, constata-se que a maior parte da população guineense não dispõe de escolhas quanto à alimentação, porque o produto mais consumido entre os guineenses que é o arroz, infelizmente, “[...] a produção nacional está longe de satisfazer as necessidades do consumo e da procura real da população, que é de cerca de 200.886 toneladas por ano, com uma produção que não passa das 112 mil toneladas”. (DE ANDRADE, 2021 s/p).

Assim, o mesmo autor afirma, com base nos dados da FAO, que o arroz representa cerca de 62% da produção de cereais e mais ou menos 80% do consumo dos guineenses. E, dos “306 mil hectares da área de produção do arroz que dispõe o país, refere a instituição da ONU, apenas 67 mil são atualmente explorados”. (DE ANDRADE, 2021). Nisso, podemos ver que o país tem a capacidade de produzir arroz, em grande quantidade. Com efeito, em vez dele ser importador de arroz, podia ser exportador. Portanto, a Guiné-Bissau precisa de aproveitar a sua potencialidade agrícola (agricultura familiar), por exemplo, e, conseqüentemente, incrementar a sua produção de cereais, que chamamos de arroz de pilão.

O arroz de pilão, refere-se ao arroz produzidos localmente, cujo seu descasco é feito através de pilão, geralmente a sua produção é natural. De forma mais simples, não envolve a ingerência dos produtos agrotóxicos, neste caso, a sua produção é totalmente orgânica. É um tipo de arroz proveniente da agricultura familiar, onde inicialmente a intenção não era/é para ser vendido, sendo exclusivamente para o consumo familiar. Mas hoje tudo está-se invertendo, pois, muitas vezes, agricultores familiares procuram vender seu arroz que geralmente não tem um preço fixo a fim de poder comprar, por exemplo: o *nhelem perfumado*, o mais caro (PINTO, 2009).

Com a evolução da tecnologia, que atingiu a zona rural da Guiné-Bissau, a produção de arroz passou a contar com envolvimento de tratores em algumas regiões numa proporção menor, no entanto, essa nova forma de produção não alterou a forma de tratamento da terra. De fato, a terra continua sendo fértil, por isso, em muitos contextos não há necessidade de uso dos fertilizantes. Acontece que quanto ao descasque de arroz, em algumas localidades, conta com auxílio das maquininhas. É importante destacar que este processo não altera a qualidade de arroz produzido localmente, mas reduz o esforço das pessoas que descascam o arroz com pilão. Portanto, é possível afirmar que a produção de arroz na Guiné-Bissau, grosso modo, não envolve uso de agrotóxicos, no entanto, produz produtos de excelente qualidade e propício ao consumo com segurança (DJALO, 2013).

O arroz produzido na perspectiva industrial, envolve usos de fertilizantes, agrotóxicos e conservantes que reduzem seus valores nutricionais. Dessa forma, a nutricionista guineense,

Cadidjatu, numa das suas entrevistas concedidas na página de *facebook* de Albano Barai em junho de 2021, declarou que o arroz branco conhecido na Guiné-Bissau como arroz de saco, aumenta mais de 50% de açúcar no sangue. Também é um tipo de arroz que ao comer em poucas horas começa-se a sentir fome, porque é o arroz que metaboliza rapidamente e se transforma em açúcar, que é muito perigoso aos diabéticos de modo geral pessoas com doenças crônicas não transmissíveis. De grosso modo, torna muito prejudicial para a saúde.

Nos últimos tempos o mundo assistiu ao aumento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), conforme Malta, D. C. et al (2023) uma das causas destes males está ligado ao consumo dos alimentos ultra processados ou industrializados, no caso da Guiné-Bissau aumento dessas doenças estão ligados ao consumo dos produtos importados uma vez que país não dispõem de grandes indústrias para este fim. Dessa forma, o consumo de arroz importado afeta os pacientes de DCNT, assim, o consumo deste arroz cria uma complicação nos seus estados clínicos, apresentando efeitos mais graves aos diabéticos. Certamente, com frequência, os consumos destes alimentos contêm altos valores de açúcar que geralmente são consumidos sem orientação dos profissionais de saúde que acompanham o estado clínico dos pacientes. Seguindo nisso, a nutricionista afirma que o arroz de saco/*arroz estrangeiro* não nos oferece nada ou tem pouca importância tanto para as pessoas saudáveis e muito mais prejudicial aos pacientes.

Conforme frisado anteriormente que a Guiné-Bissau é um país rico na produção do arroz, dada a fertilidade do solo com toda condição de produzir diferentes bens de consumo, especialmente o arroz. Mas tendo em conta a própria política ou a concepção social, o arroz importado passou a ser priorizado, como afirma Pinto (2009, p. 48-9), a “população tem preferência pelo *‘arroz perfumado’*, importado da Tailândia, do Paquistão, da China”. Isto faz com que o foco do próprio Estado e população mudem no que diz respeito à produção de arroz. Com essa mudança da produção e a priorização do arroz *de saco*, que tem contribuído na falta de autonomia alimentar.

Além de problemas de saúde, os produtos importados reduzem a capacidade de escolha dos alimentos adequados à saúde uma vez que a sua aquisição depende do poder econômico, dada a vulnerabilidade econômica que afeta maior parte da população, fato que sustenta escassez dos alimentos, um fenômeno que reduz, em grande medida, a possibilidade de escolhas nutritivas, um acontecimento que afeta muitos países em vias do desenvolvimento, como a Guiné-Bissau sendo um país que depende dos produtos externos como arroz, açúcar, farinha de trigo, olho cebola entre outros. Para abastecer seu mercado com produtos de primeira necessidade, um fato que está ligado com a insegurança alimentar e nutricional neste país.

Então, para atenuar essa dependência, o país precisa criar políticas públicas que incentivam e valorizam a produção local, assim como investir nas pesquisas para identificar as razões da dependência, como uma pesquisa seria conduzida pelos agrônomos e conhecedores de áreas similares para desenvolvimento rural, criação de mercado interno da venda de produtos locais. Do mesmo modo, são ações que possam ajudar a combater a insegurança alimentar e nutricional, pois é evidente que quando se fala de escassez de alimentos de qualidade é impossível falar da segurança alimentar nem autonomia alimentar. Nisso, qual é a escolha dos guineenses enquanto há produtos importados em todo país principalmente para as zonas rurais, locais em que se verifica o desconhecimento dos efeitos dos produtos importados para Guiné-Bissau principalmente o arroz.

Portanto, considera-se segurança alimentar quando a população possui acesso regular aos alimentos com qualidade apropriada e satisfatória para uma vida ativa de escolher e diversificar o seu modo alimentar, sem escassez de tais produtos, entretanto, a Guiné-Bissau, com a sua grande fertilidade da terra para produção de arroz, o principal produto que assegura a subsistência do seu povo. Nessa visão, o país dispõe condições que poderiam torná-lo num dos exportadores de alimentos para o consumo, por exemplo arroz. Mas nota-se que o governo investe muito pouco no sector agrícola. Fato que cria extrema dependência na importação o que lhe impossibilita garantir a segurança alimentar para seu povo.

## **6 METODOLOGIA**

Para a elaboração deste projeto de pesquisa optamos pela pesquisa qualitativa, a escolha deste método deve-se ao nosso objetivo que visa analisar Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau e a dependência da importação de arroz e os desafios na autonomia alimentar. Dessa forma, para atingir o nosso objetivo, adotaremos uma pesquisa de caráter exploratória na medida que envolverá análise bibliográfica, documental e as entrevista com as pessoas que têm a experiência com o tema pesquisado. Em conformidade com o Gil (2016, p.44) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos [...] e proporcionar uma visão geral acerca do determinado fato”. A pesquisa documental de acordo com Gil (2008), é um tipo de pesquisa que se assemelha com a pesquisa bibliográfica, porém a principal diferença entre elas é que a pesquisa documental trata de análise dos documentos que ainda não receberam um tratamento nem foram publicados, mas que podem ser aproveitados de acordo com o objetivo da pesquisa.

Por isso, iremos analisar os documentos oficiais do estado da Guiné-Bissau, do setor privado sobre a importação dos produtos, principalmente os relatórios de importação de arroz para poder identificar quantidades e qualidades importados para o país. As mídias sociais sendo veículos importantes para denúncias youtube, facebook entre outros. Servirão como fontes de pesquisa documental devido ao papel importante destes veículos de comunicação nas denúncias a respeito da má qualidade dos produtos importados para Guiné-Bissau. A Associação Nacional dos Consumidores da Guiné-Bissau (ACOBES) também será um parceiro chave para o levantamento de dados. Portanto, além da pesquisa documental faremos uma pesquisa bibliográfica onde iremos fazer levantamento das principais das referências como: artigos, monografias, dissertações e livros que possibilitam a compreensão a respeito da importação de arroz na Guiné-Bissau e a relação com a segurança alimentar e nutricional.

Por outro lado, iremos analisar os dados qualitativamente através de entrevistas semiestruturadas, por meio de aplicação dos questionários para entender e identificar de que maneira a importação do arroz condiciona a agricultura familiar guineense e o acesso regular de produtos locais ao mercado e o seu consumo sustentável, principalmente habitantes de zona rural. De acordo com Gil (2008) a entrevista é uma técnica que garante ao investigador por meio dos questionários com objetivo de receber as respostas que procura durante a sua pesquisa. Assim, o autor a considera como interação social entre duas ou mais pessoas onde uma parte tem a intenção de levantar os dados e a outra como interlocutor que fornece as informações. Portanto, os mesmos autores asseveram que a entrevista é eficiente em recolher as informações que as pessoas sabem, que acreditam, o que esperam, o que desejam por um determinado fenómeno ou um problema em pesquisa.

Dessa forma, iremos entrevistar as pessoas ligadas à temática em questão, entre as quais: agricultores familiares e população rural — consumidora — sobretudo de arroz importado, buscar entender os fatores que contribuem para a desvalorização dos produtos locais na Guiné-Bissau. Dessa forma, devido a situação financeira de deslocar para Guiné-Bissau, iremos entrevistar os estudantes Guineenses na UNILAB Campus dos Malês que passaram por agricultura familiar de preferência que que já viviam na zona rural do país. Nessa visão, a entrevista obedece a equidade do gênero quatro mulheres e quatro homens. Quanto a faixa, optaremos as idades compreendidas entre 25 a 30 anos.

Inicialmente, antes da aplicação dos questionários da entrevista, faremos um teste piloto para comprovar a eficiência dos questionários, isto é, se realmente contam com questões claras em relação às informações que almejamos, se não estão confusas para dificultar a compreensão dos/as entrevistados/as. Dessa forma, esta entrevista será de forma semiestruturada na medida

que dá mais margem do/a entrevistado/a expressar seu conhecimento a nível da questão em discussão, assim como, a partir da fala do/a entrevistado/a, podem surgir novas questões por parte do entrevistador que enriquece a pesquisa e traz novos elementos que não estavam planejados inicialmente no contexto pesquisado.

Para finalizar, iremos entrevistar alguns membros de Associação de Defesa do Consumidor de Bens e Serviços da Guiné-Bissau (ACOBES). É um órgão que trabalha em defesa dos consumidores guineenses. Faremos isso justamente para melhor entender os efeitos da importação dos produtos industrializados, que muitas vezes, chegam no país fora do prazo. Faz-se necessário também consultar os especialistas guineenses em segurança alimentar e nutricional a respeito dessa temática. Usaremos este caminho para poder responder a nossa pergunta de partida.

## 7 CRONOGRAMA

**Quadro 1** - Cronograma para execução do presente projeto de pesquisa:  
pré-projeto, projeto, monografia e afins, do 1º ao 2º ciclo do curso

Período	1º sem.	2º sem	3º sem.	4º sem.	5º sem.	6º Sem.	1º sem.	2º sem.	3º sem	4º sem.
Etapas	do BIH	do BIH	do BIH	do BIH	do BIH	do BIH	da Term.	da Term.	a Term.	da Term.
Escolha do tema	x	x								
Levantamento bibliográfico			x							
Leitura e Fichamento				x	x					
Redação e apresentação do projeto						x				
Elaboração de questionários e entrevista							x			
Análise de dados								x		
Redação da monografia									x	
Apresentação da monografia										x

Legenda do quadro: Sem. do BIH: Semestre de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade; Sem. da Term.: Semestre da terminalidade.



## REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris.

ALABRESE, Mariagrazia. Os contornos da segurança alimentar no âmbito do sistema jurídico multilateral de comércio. **Revista da faculdade de direito da UFG**, Goiás, p.01-08, 2019. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_informativo/bibli\\_inf\\_2006/Rev-FD-UFG\\_v.43.20.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-FD-UFG_v.43.20.pdf). Acesso em 02 de fev. 2023.

BRASIL. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Lei De Segurança Alimentar E Nutricional. Diário Federal Da República Federativa Do Brasil, Brasília 26 de ago. 2010. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015,quada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 12 de abr. 2022.

CAMPOS, Cinthia Regina; CASTILLA-CARRASCAL, Ivette Tatiana; SEIDI, Mamadu; UNA, Lázaro Uassena. Crises Internas e Integração Regional: O Caso da Guiné-Bissau na CEDEAO. Política de hoje. Pernambuco, V. 29, nº. 1, p. 154 – 176, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/245948>. Acesso em: 08 de abr. 2022.

CORREIA, Domingos. PJ descobre e desmantela rede de utilização de arroz fora do prazo. (TGB) Televisão da Guiné-Bissau. facebook: 26 de abril 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2266491423484250>. Acesso em: 12 de jan. 2023

DE ANDRADE, Francisco. Guiné-Bissau importa mais de 100 mil toneladas de arroz por ano. Forbes África Lusófona, 26 agosto, 2021. Disponível em: <https://www.forbesafricalusofona.com/guine-bissau-importa-mais-de-100-mil-toneladas-de-arroz-por-ano/>. Acesso em: 18 de mar. 2023.

DE ANDRADE, Francisco. . Guiné-Bissau importa mais de 100 mil toneladas de arroz por ano. **Forbes África Lusófona**, 26 Agosto, 2021. Disponível em: <https://www.forbesafricalusofona.com/guine-bissau-importa-mais-de-100-mil-toneladas-de-arroz-por-ano/> . Acesso em: 18 de mar. 2023.

DJALÓ, Abdulai Sombille. **Desenvolvimento sócio-econômico e dependência da Guiné-Bissau: caso do caju**. 2013. 125 F. Dissertação, programa de pós-graduação em sociologia política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas de Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/57543585-Desenvolvimento-socioeconomico-e-dependencia-da-guine-bissau-caso-do-caju.html>. Acesso em 10 de mar. 2021.

FAO in Portugal. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **FAO** 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/portugal/acerca-de/pt/> . Acesso em: 12 de jun. 2023

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

LEÃO, Marília (org.). O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013.

MALTA, D. C. et al. Carga das Doenças Crônicas Não Transmissíveis nos Países de Língua Portuguesa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 5, p. 1549–1562, maio 2023.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. **Caderno segurança alimentar**. Brasil, 2000.

MENDES, Henrique José. **Segurança alimentar e a produção de caju na Guiné-Bissau**. 2010. 121 F. Dissertação, Mestrado em Engenharia Alimentar, Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 2010. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/15197/1/H.%20MENDES%20TESE%20Final.pdf>. Acesso em 20 de maio. 2023.

MENDES, Zangirolami Khambazz Silva. **Comércio internacional: o impacto das exportações da castanha de caju para o desenvolvimento social e econômico da Guiné-Bissau. 1990–2012**. 56 f. Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116272>. Acesso em 02 de jun. 2023.

PINTO, Paula. **Tradição e modernidade na Guiné-Bissau: Uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento**. 2009. 70 F. Dissertação, Mestrado em estudos africanos, Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras Da Universidade do porto, 2009. Disponível em: <https://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/23213/2/tesemestpaulapinto000093779.pdf>. Acesso em 05 de maio. 2023.

POPULAÇÃO da Guiné-Bissau. **Country Meters**. In: ONU – Perspectivas da população mundial 2019. 21 de jun. de 2019. Disponível em: <https://countrymeters.info/pt/GuineaBissau> Acesso em: 22 jun. 2019.

SANTOS, Flaviane Ramos dos; PEREIRA, Claudinei da Silva. Do escambo ao pagamento por meio eletrônico: análise do mercado de cartões no Brasil. **Geografia em atos**. São Paulo Brasil, V. 03, n. 10, p.187-208, 2019. Disponível em: [vhttps://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/6079](https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/6079). Acesso em 11 de mar. 2023.

SECA, Abdulai Ismail. **A expansão do cultivo do Caju e seus impactos ambientais e econômicos na Guiné-Bissau**. 2020. 114 F. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus-Amazonas 2020. Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7904/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_AbdulaiSeca\\_PPGCASA.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7904/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AbdulaiSeca_PPGCASA.pdf). Acesso em 02 de fev. 2023.

UNESP: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO". **Manual de importação da unesp**. Pró-reitora de administração, São Paulo, 2003.